



GT 07 | Direito à Cidade, Cultura e Memória: Reparação e Reconhecimento na Política Urbana Contemporânea – a Cidade como um Bem Comum

A FEMINAGEM COMO PRÁTICA DE VISIBILIDADE DO FEMINISMO COMUNITÁRIO: O CASO DA SER PONTE FORTALEZA.

Clarissa Salomoni de Menezes ¹

Valéria Pinheiro ²

Leonardo Ribeiro ³

1 INTRODUÇÃO

A Ser Ponte é um coletivo que surgiu em abril de 2020, durante a crise sanitária da pandemia, em um contexto emergencial que mobilizou diversas iniciativas de apoio às famílias mais vulneráveis. Sua ação estruturante, iniciativa denominada de *renda solidária*, é o repasse mensal de um valor de R\$200,00 às famílias chefiadas por mulheres em diferentes seis periferias de Fortaleza: Raízes da Praia, Caça e Pesca, Sabiaguaba, Serviluz, São Miguel e Barroso. Esse recurso representa não apenas um apoio direto à segurança alimentar e ao bem-estar de famílias chefiadas por mulheres, mas também desempenha um papel importante na articulação de outros projetos comunitários presentes nesses territórios, como bibliotecas comunitárias e brechós populares. Este resumo expandido tem como objetivo apresentar e avaliar a experiência da “*Feminagem*”, ação promovida pela Ser Ponte que já está em sua terceira edição e que visibiliza histórias de mulheres que são referências comunitárias na cidade de Fortaleza. Diferente das principais frentes institucionais da ONG, a “*Feminagem*” não atua diretamente na esfera da redistribuição e impacto na vida material das mulheres, mas se insere no campo do reconhecimento. Para contextualizar essa abordagem, discutimos brevemente algumas reflexões da epistemologia feminista de Fraser (2006) sobre as dimensões da redistribuição e do reconhecimento, compreendendo que ambas não são excludentes. Nos resultados apresentamos uma avaliação da edição de 2025, com uma reflexão sobre os perfis indicados para a homenagem, para isto é realizado um mapeamento para entender a territorialização e alcance dessa iniciativa.

1 Mestre, Centro Universitário Unichristus e Ser Ponte, docente clarissa.menezes@unichristus.edu.br.

2 Doutoranda em Sociologia, UFC e Ser Ponte, diretora presidente, valpinheirofor@gmail.com.

3 Arquiteto e urbanista e Ser Ponte, leodavidribeiro@gmail.com.



2 REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DENTRO DO FEMINISMO

Os termos redistribuição e reconhecimento, propostos por Nancy Fraser (2006, 2007), oferecem uma chave analítica para refletir sobre os limites de um universalismo abstrato na busca por justiça social. A autora crítica abordagens que não compreendem as duas dimensões e defende que a justiça social requer a superação de desigualdades tanto econômicas/materiais (redistribuição) quanto culturais/simbólicas (reconhecimento).

Na reivindicação de políticas públicas para mulheres, aparecem questões como a desvalorização do trabalho de cuidado, a violência doméstica e urbana, a exclusão do mercado de trabalho, o déficit habitacional, a invisibilidade política e a ausência de políticas públicas sensíveis ao gênero configuram formas de injustiça que não se explicam apenas por estruturas econômicas, mas também envolvem processos simbólicos e culturais. As dimensões – materiais e simbólicas – entrelaçadas podem retroalimentar e perenizar obstáculos estruturais à participação e aquisição de direitos por grupos afetados pela desigualdade de gênero. O reconhecimento, por si só, é insuficiente quando se baseia em uma ideia genérica e homogênea de “mulher”. O feminismo interseccional evidencia como o racismo, o classismo e a transfobia atravessam essas experiências, exigindo políticas mais complexas e sensíveis às diferenças. Nesse sentido, Lima e Moreno (2021) destacam a sistemática invisibilização de práticas lideradas por mulheres em territórios periféricos, reforçando a importância de construir pontes entre o conhecimento acadêmico e as realidades populares.

Entendemos que os movimentos populares têm sua própria voz, estratégias, saber e protagonismo. Na América Latina, observa-se uma produção intelectual e política crescente que rompe com a hegemonia das vozes feministas da classe média universitária. Ganham visibilidade as mulheres de setores populares, cujas práticas culturais, experiências territoriais e resistências cotidianas ressignificam o feminismo a partir de seus próprios contextos (Falú, 2016). Ainda assim, dentro desse cenário o coletivo Ser Ponte identificou, em sua prática institucional, a falta de registros e celebrações das trajetórias de mulheres líderes comunitárias em Fortaleza. Foi a partir dessa lacuna que surgiu a ação “*Feminagem*”, cuja terceira edição é apresentada neste resumo expandido. A premiação tem como premissa valorizar histórias de vida alinhadas ao que Oliveira (2020) define como feminismo periférico e comunitário — aquele que se constrói no enfrentamento cotidiano às ameaças de remoção, à violência institucional, à desvalorização do trabalho informal e doméstico e às desigualdades estruturais que atravessam corpos e territórios.



3 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A primeira edição do evento surgiu em abril de 2023, data que celebra o aniversário da cidade de Fortaleza. Desde a segunda edição, as indicações foram feitas de forma ampla por meio de um formulário digital. A divulgação aconteceu nas redes sociais, mas também dentro de grupos e canais de comunicação articulados com movimentos populares da cidade. As indicações tinham como critérios: a) residir em Fortaleza; b) ter histórico de atuação comunitária comprovado com fotos e registros; c) ser mulher cis ou trans. O resultado dessas indicações foi mapeado, chama atenção que as indicações, a maioria, não coincidem com os territórios em que a ONG atua diretamente. A seleção das finalistas foi realizada por uma comissão interna, com base nos seguintes critérios: número de indicações online, relevância e registro do trabalho social, além da valorização de mulheres que ainda não haviam sido premiadas na cidade, buscando ampliar a visibilidade da "Feminagem" e a diversidade de histórias comunitárias representadas pelas "Feminageadas".

Imagem 01: – Feminageadas de 2025, Cristina Nascimento, Ruth Lima e Alessandra Félix.



Fonte: acervo institucional

No ato de inscrição, houve um processo de documentação de práticas femininas comunitárias, pois é pedido um breve histórico da referência comunitária, lugar em que atua/reside a indicada, além de registros da atuação: fotos, vídeos e documentos. Em 2025, a premiação seguiu um processo de indicação amplo, foram indicadas mulheres dos bairros: Grande Bom Jardim, Barroso, Granja Portugal, Cajazeiras, Floresta, São Miguel e Pici. Sendo todos esses considerados espaços periféricos em Fortaleza. O perfil das indicadas são mulheres que assumiram a linha de frente na defesa desses territórios e que podem ser



descritas em três grupos. Um primeiro que estão associadas a coletivos de mães que denunciam violência do Estado nas periferias. Ou coletivos de mães que se articulam pela diversidade e inclusão de seus filhos. Dentro desse grupo, em 2025, houve a homenagem de Alessandra Félix, que descreve sua trajetória marcada pela “atuação na pauta de direitos humanos não como uma escolha, mas como imposição da vida.” Sua militância de Educação Popular em Direitos Humanos tem início nas filas do sistema socioeducativo em rede com outras mães.

Um segundo grupo, indicado em menor quantidade, foram mulheres articuladas à movimentos de moradia e defesa do território. Histórias de resistência ao despejo e articulação de estratégias de sobrevivência frente às tentativas de expulsão, seja pelo Estado, seja por organizações criminosas. Por fim, houve indicações de mulheres que se conectam às redes de cozinhas comunitárias, bibliotecas comunitárias e associações comunitárias. São mulheres que desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e na garantia de direitos em suas comunidades. As cozinhas comunitárias fornecem acesso a alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade, enquanto as bibliotecas comunitárias promovem a leitura e o acesso à informação, sendo lugar seguro para crianças, mas também centro difusor e produtor de ideias na periferia de Fortaleza. Dentro desse último grupo, em 2025, o nome de Cristina Nascimento, do bairro Bom Jardim foi “feminageada”, por seu trabalho com economia solidária presente desde 2008 com o projeto *Bomjart*, produzindo com outras mulheres artesanato e Buffet Social da Cozinha Solidária e Criativa Criart. Dentro desse perfil também está Ruth Lima, professora da rede de educação infantil, que articula projetos de práticas esportivas e uma biblioteca comunitária que impacta mais de 150 crianças e jovens no Barroso.

4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da “*Feminagem*” em Fortaleza pode ser considerada uma documentação de histórias do feminismo comunitário. A chamada ampla e aberta nos apresentou histórias conhecidas e não conhecidas de um cotidiano de mulheres que constroem resistências e estruturas de cuidados em suas comunidades. São histórias diversas e complexas, mas que têm alguns temas em comum que vão desde a organização em torno de reivindicações de urgência como a ampliação do acesso a creches públicas, a melhoria do saneamento básico e o acesso à itens essenciais da cesta básica. Mas também articulam pautas de reivindicações estruturais como a organização de coletivos de mães



contra a violência do Estado e a exigência por políticas de moradias. Ao final dessa experiência, ficou claro que a “*Feminagem*” difere de outras homenagens por ser um ato que não busca eleger uma protagonista isolada, mas reconhece mulheres que constroem sua história em rede, em comunidade. A celebração se configura como um lugar de registro, valorização e mapeamento de feminismos comunitários na cidade. Reconhece a mulher como protagonista de práticas ativistas que problematizam criticamente o cotidiano marcado por múltiplas opressões, ao mesmo tempo em que articulam caminhos de transformação social e emancipação coletiva.

REFERÊNCIAS

Oliveira, Danielle. (2020). Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas, Dissertação de Mestrado, UNICAMP

Fraser, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, n.15 p. 231-239, 2006

Fraser, Nancy e Ramayana, Lira. “Mapeando a Imaginação Feminista: Da Redistribuição Ao Reconhecimento e à Representação.” *Estudos Feministas*, vol. 15, no. 2, 2007, pp. 291–308.

Falú, Ana. (2016). La omisión de género en el pensamiento de las ciudades. En J. Borja et al (Eds.). Ciudades para cambiar la vida. Una respuesta a Hábitat III (pp. 159-169).

Lima, Márcia Maria Tait., MORENO, Renata. (2021). Emergencias ecofeministas en las praxis latinoamericanas. *Ecología Política*, n. 61, pp.16-20.